

## A queda do muro: a representação do dia nacional da luta antimanicomial no jornal *Folha de S. Paulo*

Denise Cristina Ayres Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial comemorado em 18 de maio. A pesquisa investiga 15 textos jornalísticos publicados desde 2001, ano em que foi aprovada a lei antimanicomial, até 2010. À luz da teoria da complexidade, o estudo se propõe a identificar as fontes e verificar como estão representadas nos textos jornalísticos. As fontes são representativas de campos sociais cujos discursos constroem a realidade. O jornal *Folha de S. Paulo* é um *locus* de tensão entre tais campos de onde emergem fontes institucionais, cuja preponderância é a área médica; e fontes não institucionais, caracterizadas por usuários de serviços de saúde mental, que comumente estão relacionados a instituições.

**Palavras-chave:** jornalismo; fontes; antimanicomial

**Abstract:** Analysis of the coverage of the newspaper *Folha de S. Paulo* on the National Day of Anti-Asylum celebrated on May 18. The study investigates 15 newspaper articles published since 2001 until 2010. In light of complexity theory, the study aims to identify sources and check how they are represented in newspaper articles concerning the National Day of Anti-Asylum. The sources are representative of fields which discourses construct social reality. The newspaper *Folha de S. Paulo* is a *locus* of tension between such fields where they emerge institutional sources, whose dominance is the medical field, and non-institutional sources, characterized by users of mental health services, which are commonly related institutions.

**Keywords:** journalism; sources; anti-asylum

O título deste artigo faz alusão à matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) que noticia a derrubada do muro da clínica Paracambi para promover a ressocialização dos pacientes. O título “Loucos e sãos se integram após queda de muro em clínica de Paracambi (RJ)” (Mannheimer, 19 mai 2007: 33) remete a um dos princípios da reforma psiquiátrica que é a desinstitu-

---

<sup>1</sup> Professora e pesquisadora do curso de Jornalismo (UFMA). Mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos) e especialista em Midiologia, Comunicação e Cultura (UFPA). Cv Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1713600548135321>

---

cionalização e simboliza as profundas mudanças ocorridas desde a aprovação da lei antimanicomial em 2001.

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, foi instaurado durante o Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental ocorrido em 1987, na cidade paulista de Bauru e marco do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil. A data se tornou referência para as entidades envolvidas na discussão sobre políticas de saúde mental e uma das formas de dar visibilidade social à luta pelo fim dos manicômios. Esta pesquisa resgata 15 textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo (FSP)*, que retratam o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a partir de 2001 até o ano de 2010 e discute a representatividade das fontes que estão relacionadas direta ou indiretamente aos campos sociais.

Ao longo da década analisada, os segmentos envolvidos na luta para fechar os manicômios realizaram várias ações objetivando dar visibilidade midiática ao dia 18 de maio. Passeata, destruição do muro, transferência de pacientes para residências terapêuticas e balanços sobre a reforma psiquiátrica foram temas de matérias jornalísticas na *FSP* que mostraram o processo de transição do modelo asilar para a assistência descentralizada.

A luta antimanicomial, parte do ideário da reforma psiquiátrica, remete a uma série de modificações conceituais advindas da crise nas ciências e a configuração de um novo paradigma. A reforma psiquiátrica acarreta transformações na estrutura técnica e na esfera prática, estabelecendo novas relações entre os sujeitos. O pesquisador Paulo Amarante (2009) propõe quatro dimensões atinentes à reforma psiquiátrica. A dimensão epistemológica se situa no campo teórico-conceitual e implica na revisão no conceito de ciência como produção de verdade, a neutralidade das ciências, além de romper com os fundamentos da psiquiatria que criaram o conceito de doença mental. Trata-se de produzir novos conceitos que articulem conhecimentos de diferentes campos do saber, buscando construir um novo paradigma no campo da saúde mental.

Segundo o autor, a dimensão epistemológica possui dois conceitos fundamentais. A desinstitucionalização que envolve a reestruturação técnica, serviços e terapias, e a reconstrução de saberes e práticas e o estabelecimento de novas relações. “Por isso, é acima de tudo, um processo ético-estético, de reconhecimento de novas situações que produzem novos sujeitos, novos sujeitos de direito e novos direitos para os sujeitos” (Amarante, 2009: 1). O sistema asilar deve ser substituído por um modelo que produza sociabilidades e subjetividades. O conceito de doença é desconstruído e passa a ser concebido como condição de possibilidade de existência.

A dimensão técnico-assistencial se refere ao desmantelamento do modelo hospitalocêntrico e a criação de novos serviços descentralizados que engendrem formas de sociabilidade. Essa rede deve permitir a produção e a expressão de subjetividades e apoiar a autonomia do usuário para geração de renda e moradia. O modelo centrado no manicômio deve ser superado porque foi constituído a partir da concepção de que o louco é privado de razão e precisa ser subsumido à custódia médica.

(...) o manicômio, como expressão de um modelo que se calca na tutela, na vigilância panóptica, no tratamento moral, na disciplina, na imposição da ordem, na punição corretiva, no trabalho terapêutico, na custódia e interdição. Enquanto alienado (alheio, ausente), ele estaria incapaz até mesmo de decidir pelo seu tratamento, motivo este que justificaria que fosse tomada tal decisão em seu lugar (Amarante, 2009:2).

A dimensão jurídico-política imprime uma nova configuração de poder para a transformação social. Implica em fomentar ações em diferentes segmentos sociais para a conquista de direitos e mudanças em leis. Por último, a dimensão cultural objetiva modificar o imaginário social sobre a loucura. Através de objetos e ações culturais, a sociedade deve refletir sobre sua relação com a loucura. Como ressalta Amarante (2009), é uma dimensão estratégica porque através de um conjunto de ações que visa transformar a representação social da loucura.

Assim, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial dá visibilidade social à problemática e constitui-se em uma ação afirmativa para modificar o estatuto da loucura na sociedade. O discurso jornalístico integra a dimensão cultural proposta por Amarante ao construir e veicular sentidos que são partilhados socialmente.

O conceito de loucura se modificou através dos tempos, adquirindo um novo estatuto com a aprovação da lei da reforma psiquiátrica. O estudo investiga as fontes presentes em matérias alusivas ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial no discurso do jornal Folha de S. Paulo e sua representatividade.

O jornal *Folha de S. Paulo* é um veículo de grande circulação, referência no Brasil e foi selecionado porque o estado paulista e marco inicial da reforma com o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental e o primeiro manifesto oficial exigindo o fim dos manicômios. O evento instituiu o Dia Nacional da Luta Antimanicomial em 1987 e este começou a ser comemorado no ano seguinte. O dia 18 de maio ficou como representativo do movimento pelo fim dos manicômios por ser a data de fundação de um dos maiores hospitais psiquiátricos do país, o Juquery, em Franco da Rocha; símbolo da exclusão e tratamento degradante dispensado aos internos.

Em 2001 o Congresso Nacional aprovou a lei da reforma psiquiátrica de autoria do deputado federal Paulo Delgado. Após tramitar por 12 anos, a norma instituiu a reorientação do modelo assistencial e o controle da internação psiquiátrica compulsória.

Os campos sociais utilizaram a mídia para dar visibilidade aos discursos sobre a reforma psiquiátrica. O jornal *Folha de S. Paulo*, como exemplar da grande imprensa, constituiu-se em um *locus* catalisador desses discursos. Assim, ao longo dos 15 textos jornalísticos que trataram do assunto durante os anos de 2001 a 2010, o campo jornalístico possibilitou a emergência dos discursos que enunciavam o desmantelamento do sistema asilar, a construção de uma nova rede descentralizada, a emergência de novos espaços e

subjetividades, a aprovação de leis que implementam a reforma psiquiátrica e ações afirmativas relativas ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

### **Luta antimanicomial e complexidade**

A reforma psiquiátrica italiana iniciada por Franco Basaglia na década de 60 é referência de um projeto de desconstrução do saber e das instituições psiquiátricas. O conceito mais geral dessa ruptura epistemológica é a desinstitucionalização. O autor critica a neutralidade científica, nega a psiquiatria como ciência e a instituição manicomial, esta considerada uma “instituição de violência” (2007).

A luta antimanicomial é resultado de uma nova abordagem sobre a saúde mental proporcionada com o avanço da tecnologia e da medicina, a crise nas ciências, o fortalecimento de movimentos sociais e o crescente custo com o tratamento de pacientes psiquiátricos asilares.

Para efeito deste estudo, considera-se que a doença mental, além de ser um fenômeno de ordem psíquica, constitui-se em uma problemática cultural e discursiva. O conceito de loucura se modificou através dos tempos, adquirindo um novo estatuto com a aprovação da lei da reforma psiquiátrica, cujo sentido é também construído através do discurso jornalístico.

(...) a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contava seus desenvolvimentos, indicavam suas correlações, julgavam-na e, *eventualmente*, emprestavam-lhe a palavra, articulando em seu nome, discursos que deviam passar por seus (Foucault, 2004a: 36).

A psiquiatria nasceu como a primeira especialidade médica e porta-voz de um discurso sobre a doença. A partir desse “saber autorizado”, obteve o poder de atribuir significado, retirar o sujeito do convívio social e negar-lhe a palavra. Essa especialidade deteve a disciplina sobre os corpos e reivindicou um *locus* específico para os chamados insanos; o hospício.

De acordo com Foucault (2003), a internação era uma forma de a sociedade eliminar aqueles que não se encaixavam à lógica mercantil do mundo burguês que exaltava a virtude do trabalho. O sistema capitalista possibilitava o aparecimento de um sujeito que reificava a atividade laboral e passou a ser considerado sinônimo de correção moral e progresso social. Todos aqueles que não se ajustavam às exigências do capital foram marginalizados e banidos da sociedade. Junto a outros excluídos, criou-se a figura do louco.

A ciência médica moderna compreendia a doença como um fenômeno da natureza e se debruçava sobre as suas causas. A abordagem complexa, por sua vez, propõe uma visão complexa do objeto e permite questionar práticas que o conceito oculta. A psiquiatria passou então a ser revista à luz da crise nas ciências. Os saberes e práticas que não toleravam a diferença e um imaginário social que vincula a loucura à ideia de anormalidade, deram margem às subjetividades.

O sociólogo Morin (2007a) propõe a noção de complexidade para compreender que tudo está inter-relacionado e é interdependente. O conhecimento deve incorporar as noções de desordem, incerteza, acaso, então desconsideradas pela ciência.

O autor afirma que o homem é, ao mesmo tempo, *sapiens* e *demens* e vive em um circuito bipolar em que a razão e loucura são complementares e indissociáveis. Esses dois polos são constitutivos do ser humano e desse encontro nasce uma força criadora.

Vivemos, de fato, num circuito de relações interdependentes e retroativas que alimenta, de maneira, ao mesmo tempo, antagônica e complementar, a racionalidade, a afetividade, o imaginário, a mitologia, a neurose, a loucura, e a criatividade humanas (Morin, 2007b: 126 e 127).

Nesse panorama de profundas mudanças que implicam a revisão do conceito de loucura, é importante investigar quais as fontes que enunciam acerca da reforma psiquiátrica, visto que representam campos sociais e disputam a imposição de sentidos que são colocados em circulação na sociedade.

### **A disputa pela hegemonia entre os campos sociais**

Os campos sociais são espaços onde forças lutam para se impor, instituir e legitimar suas práticas e visão de mundo, ou seja, sua forma de interpretar a realidade. Os campos sociais advêm dos processos de divisão do trabalho que se institucionalizaram e se constituem em estruturas que lutam pelo poder. Através de organizações, tais campos disputam sentidos, isto é, desejam legitimar seu modo de ver o mundo e, portanto, a soberania de seu discurso.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997: 57).

Ainda que os campos sociais desejem tornar público e impor seu discurso, paradoxalmente, este nem sempre é acessível. Como afirmou Foucault (2004b), certas zonas são “altamente proibidas”, ou seja, herméticas, esotéricas, pertencentes a um grupo restrito de iniciados que, através do discurso, do saber, resguardam, mantêm ou ampliam o poder. O discurso também é um lugar onde o poder e o saber se articulam. Aquele que tem a palavra está em um contexto social e investido de legitimidade para enunciar e, conseqüentemente, exercer poder.

A medicina é um exemplo de instituição que, através do discurso esotérico, hermético e do fazer científico, procura manter o *status* da profissão. E se reafirma perante outras atividades que também disputam espaço na

---

sociedade e pretendem se estabelecer como saber, fazer e poder. Disso decorre, entre outros fatores, um tensionamento entre os diversos campos sociais mediados pelo discurso, numa relação dinâmica e descentralizada. E, mesmo diante de um campo que adquiriu, ao longo do tempo, a legitimidade para lidar com a doença e possui certo prestígio social, ainda assim, a disputa com outras instâncias sociais continua a existir.

### **O campo jornalístico como produtor de sentidos**

O campo jornalístico articula e processa os discursos dos demais campos sociais para então produzir sentidos. Como prática social, o jornalismo capta, processa e divulga os acontecimentos dotando-lhes de legitimidade. É uma instituição constituída de valores próprios que medeiam os demais campos sociais e tem a prerrogativa de operar, através do discurso, a representação e até as tarefas destes. Não consiste em ser apenas instância transmissora de significados, mas produtora de discursos simbólicos e dotados de um estatuto próprio.

Através de vários mecanismos, o campo jornalístico tem o poder de definir os próprios interlocutores na construção da realidade. Para isso, agenda os assuntos a serem tematizados na sociedade, hierarquiza os acontecimentos ou ainda elege as fontes que possibilitam a emergência de um determinado discurso.

Os campos sociais exercem influência sobre o campo jornalístico na tentativa de impor suas práticas, valores e legitimar o discurso. Através das fontes oficiais detêm o “monopólio da informação legítima”, no dizer de Bourdieu (1997). O poder da informação desempenha um papel importante a ponto de configurar a realidade, uma vez que o campo jornalístico se inter-relaciona e se impõe sob os demais campos sociais exercendo influências que reformatam a sociedade e o próprio campo em questão.

As tensões entre os campos sociais são enquadradas pelo discurso jornalístico que trata as informações e as divulga. Ao jornalista é conferida a autoridade de selecionar e definir o que é notícia, deixando de lado uma infinidade de informações às quais o público, provavelmente, não teria acesso. Entre o fato e a notícia existe uma série de mediações que vão desde os critérios editoriais, a definição das fontes ou o destaque dado à matéria.

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho (Berger, 2003: 22).

O jornalismo é um instrumento de objetivação da realidade e transforma a ocorrência em relato, *a priori*, confiável e cuja pretensão é buscar a

---

universalidade e formar consensos. E é justamente o princípio da transparência que lhe confere credibilidade.

### **As fontes como produtoras de sentido**

As fontes são parte do processo de produção da notícia. Elas se caracterizam por repassar informações ao jornalista ou mesmo podem ser apenas observadas. Embora qualquer pessoa tenha potencial para se tornar fonte, a mídia estabelece uma rede de fontes diretamente relacionadas aos setores político, econômico, social ou cultural. São as chamadas fontes institucionais. Portanto, setores organizados da sociedade tendem a ser procurados rotineiramente por jornalistas para fornecer informações. Assim, fontes podem ser definidas como

as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e as que fornecem apenas informações de base ou as ocasiões para uma notícia (...). A característica mais saliente das fontes é que elas fornecem informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de interesse ou de outros setores da sociedade (Gans, 1979 apud Wolf, 2005: 234).

O indivíduo tomado isoladamente ou sem representatividade social enfrenta maiores dificuldades para se tornar fonte. Normalmente ele é procurado apenas quando está envolvido ou testemunha algum fato; é a chamada fonte não institucional.

A luta pela visibilidade no campo jornalístico decorre, em termos noticiosos, de fatores que vão crivar as fontes aptas a fornecer informação ou promover a notícia e outros setores sociais que dificilmente ascendem à condição de fonte.

Além do barulhento processo da produção jornalística (linha editorial, interesses políticos e econômicos, constrangimentos profissionais, pressões do *deadline*), é preciso perceber que as fontes e os leitores utilizam-se de estratégias para ter sua fala publicada (desde consagrar-se como especialistas, como auto-intitular-se vítima em alguma situação, até vestir-se como as páginas do jornal para chamar a atenção e redigir as cartas de acordo com as regras pré-estabelecidas pela publicação. Ou seja, há uma disputa pelo poder da fala, embora a posição social e simbólica do jornal como um todo na maioria das vezes garanta sua hegemonia na hora de falar (Amaral, 2004: 114 e 115).

A busca pela imparcialidade do texto jornalístico, por exemplo, é conferida, em grande parte, através da pluralidade de fontes que o compõem e lhe dão credibilidade. No entanto, esse procedimento não garante a representatividade dos vários segmentos sociais e seus pontos de vista. A imprensa exerce um controle sobre as fontes e tende a favorecer os interesses da empresa jornalística e de seus associados.

Para obter informações, o jornalista recorre às fontes e, como parte de um processo, acontecem várias mediações entre a ocorrência até a notícia, porém, nem todas as fontes são relevantes, e o acesso a elas ocorre de maneira

diferenciada. As fontes mais recorrentemente utilizadas pela empresa jornalística refletem a estrutura social e de poder dominantes. Alsina (2009) afirma que existe uma institucionalização de fontes, ou seja, agentes sociais se tornam informantes rotineiros e têm acesso facilitado aos meios de comunicação, por isso, seus discursos são mais veiculados.

(...). Enquanto temos agentes sociais que têm acesso praticamente imediato aos meios de comunicação (seja para promover informações, ou para conseguir que sejam publicadas as devidas correções), outros agentes sociais quase não conseguem entrar no circuito da informação (Alsina, 2009: 163).

O jornalista seleciona as fontes segundo diversos critérios, desde a acessibilidade, o fator tempo, mas pode-se destacar a autoridade, a produtividade e a credibilidade. A autoridade se refere à respeitabilidade da fonte, ou seja, ao poder econômico e ou simbólico que a mesma representa. Disso se origina a recorrência a fontes oficiais ou que têm posição de autoridade. De acordo com Gans (1979 apud Traquina, 2005: 191), “presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais”. Quanto mais notória for a fonte, mais credível ela será considerada.

A credibilidade relaciona-se à veracidade das informações passadas pela fonte para que o material não precise necessariamente ser checado através de outras fontes. Apesar de ser um procedimento rotineiro no jornalismo, a checagem é limitada devido ao fator tempo. Por isso, fontes credíveis tendem a ser valorizadas pelo profissional e acabam sendo frequentemente acionadas.

As fontes oficiais possuem maior capacidade de responder às exigências do campo jornalístico quanto à produção de material, enquanto que, por outro lado, um indivíduo, isoladamente, dificilmente mostrará aptidão para lidar com as rotinas da mídia. Mas este pode ter a informação que o jornalista necessita e então, assumir a condição de fonte.

Entende-se por fontes oficiais as que representam o poder instituído sejam elas representativas do estado ou dos diversos campos sociais, isto é, setores organizados da sociedade. O critério de produtividade baseia-se no tipo e na disponibilidade das informações dadas pela fonte. Uma boa fonte é aquela que proporciona material suficiente para uma boa notícia, além de conhecer o funcionamento da empresa jornalística e saber que o fator tempo é primordial no processo de produção da notícia. “A autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator da respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade” (Traquina, 2005: 191).

A relação entre fontes e jornalistas deve ser permeada por regras que regulam a prática jornalística como a pluralidade de fontes e a necessidade de ouvir instâncias que possuem pontos divergentes sobre um mesmo assunto. As rotinas jornalísticas e a própria ideologia que traspassam a empresa jornalística

nem sempre permitem que essa premissa seja cumprida, prejudicando assim, a equidade da expressão dos posicionamentos das fontes.

Portanto, o estudo das fontes é imprescindível no jornalismo porque o profissional processa as informações colhidas, transformando-as em notícia. E é o texto jornalístico que dará visibilidade às fontes, colocando em circulação um determinado bem simbólico.

Para efeito desta pesquisa, as fontes foram divididas em três tipos, ainda que várias outras distinções pudessem ser feitas. Considera-se fonte institucional, aquela representativa de setores organizados da sociedade, seja o estado, movimento da luta antimanicomial, hospitais ou mesmo o terceiro setor. A fonte não institucional é assim denominada por não possuir ligação com o poder instituído, representando o indivíduo ou grupo tomado isoladamente, como é o caso de usuários de serviços de saúde mental. As fontes documentais representam leis, relatórios, estudos e outros tipos de documentos citados ou referidos nos textos jornalísticos

A partir dessas considerações, vê-se a importância de se pesquisar as fontes no discurso jornalístico, principalmente no que concerne ao usuário de serviços de saúde mental que, *a priori*, é desprovido de legitimidade para fornecer informações fidedignas que tenham potencial para se transformar em notícia. No entanto, existe um discurso sobre esse indivíduo nas páginas dos jornais. O estudo visa investigar quais fontes aparecem nos textos jornalísticos e como são representadas.

### **A queda do muro**

O estudo analisou 15 textos jornalísticos entre os anos de 2001 e 2010 do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), sendo 14 deles do gênero informativo e um artigo. As ocorrências se referem ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, data em que o movimento da reforma psiquiátrica realiza diversas ações para dar visibilidade midiática à questão. Os textos foram publicados na Semana Nacional da Luta Antimanicomial cujo dia 18 de maio é a data comemorativa.

As fontes foram classificadas em institucionais, quando representam organizações; não institucionais, quando se referem a pacientes e/ou grupo de pessoas não organizadas; e documentais, quando se referem a documentos que aparecem citados expressamente ou referenciados.

O dia 18 de maio é marcado por protestos, divulgação de dados sobre a reforma e atos que possam atrair o interesse da mídia. No entanto, a participação de usuários de serviços em saúde mental como fontes de textos jornalísticos é inexpressiva. Ainda que o movimento da reforma psiquiátrica se baseie na multiplicidade dos saberes em que o discurso não deve estar atrelado ao poder psiquiátrico, verifica-se que 43,9% do total das fontes são constituídas por psiquiatras, psicólogos ou psicanalistas.

Dentre os 15 textos jornalísticos, tem-se um total de 41 fontes sendo 25 delas institucionais (60,97%), 8 fontes não institucionais (19,51%) e 6 fontes documentais (14,63%). O estudo observou que do total de 41 fontes, 32 delas

não se repetem, sendo 20 representadas por psiquiatras, psicólogos ou psicanalistas, o que corresponde a 48,78% da totalidade.

Entre as fontes consideradas institucionais, observa-se o predomínio do campo científico, representado principalmente por fontes da área médica que normalmente ocupam também cargos políticos. O campo científico, de acordo com Bourdieu (1983), é o lugar de disputas pela autoridade científica, resultante da competência técnica e poder político. As fontes detêm a competência técnica legitimada pela sociedade e são gestores da área de saúde, os agentes responsáveis pelas diretrizes e implementação de ações na área.

As fontes não-institucionais, que representam indivíduos isolados, são 19,51%, ou seja, apenas oito. Destas, seis são usuários de serviços de saúde mental, ou seja, 14,63% das fontes nos textos. Os usuários também estão restritos a apenas três ocorrências, enquanto as fontes institucionais estão presentes em todos os textos informativos e, o editorial, de cunho opinativo, recorreu a três fontes documentais, duas delas representativas do campo psiquiátrico.

A pesquisa reafirma que as fontes institucionais se tornam rotineiras, têm mais acesso à mídia e são consultadas constantemente sobre determinados temas, como é o caso da reforma psiquiátrica. Neste estudo, o campo científico está representado por 20 fontes, sendo 14 delas constituídas por psiquiatras.

O psiquiatra Pedro Gabriel Delgado, responsável pela área de saúde mental do Ministério da Saúde, é utilizado como fonte em seis matérias; e o coordenador da Associação Franco Basaglia, o psiquiatra Jonas Melman, é recorrente em três textos. Ainda que ambas as instituições sejam a favor do movimento da reforma psiquiátrica, o que se verifica é ainda o predomínio da psiquiatria como saber autorizado para falar sobre a loucura.

Além de recorrente nas matérias, o campo médico é o único consultado em quatro ocorrências. Em matérias que tratam da integração de pacientes com a comunidade, a desinternação de pacientes e novas experiências de moradia, indivíduo diretamente afetado pelas políticas de saúde mental não figura nos textos.

É necessário destacar que o campo médico é atravessado por disputas de poder e opiniões divergentes sobre a reforma psiquiátrica. A medicina é o campo social diretamente afetado pelos pressupostos operados por essa ruptura epistemológica. O que se observa nos textos alusivos ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial é a preponderância da área médica como fontes que apóiam o movimento a exemplo do governo federal e entidades ligadas a instituições que promovem a remodelação na assistência à saúde mental. Observa-se que o campo médico também ocupa posição destacada no campo político como gestor da área da saúde mental nas três esferas de poder.

A matéria-prima do campo do jornalismo encontra-se, privilegiadamente, no campo político. Este é entendido, na perspectiva de Bourdieu, como campo de forças e campo de luta, onde os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. (...) O poder simbólico dos políticos é fazer crer, pois o seu capital é também a

---

credibilidade. Mas esta credibilidade necessita do aval da imprensa, pois, informando, ela está reconhecendo uns em detrimento de outros e, assim, consagrando-os (Berger, 2003: 27 e 28).

A resistência às mudanças propostas pelo novo modelo é referenciada na matéria intitulada “‘Temos de preservar a nossa honra’, afirma entidade” (FSP, 18 mai, 2003. Cotidiano: 4). O texto é parte da reportagem que relata a dramática história do escritor Austregésilo Carrano autor do livro “Bicho de Sete Cabeças”, que foi adaptado para o cinema e se tornou um grande sucesso nas telas. O texto discorre sobre a versão dos representantes dos hospitais e médicos sobre a decisão judicial que proibiu a veiculação do livro. A FSP utiliza um advogado colunista do jornal para comentar a decisão considerada absurda.

A reação do campo médico também se verifica na matéria intitulada “Discussão emperra medida antimanicômio” (Leite, 18 mai, 2003. Cotidiano: 6) em que a entidade representativa dos hospitais se manifesta contra o projeto do governo federal de fechar 2.500 leitos psiquiátricos até maio de 2005. Segundo a entidade, é necessário fazer as mudanças de modo mais lento.

As fontes não institucionais são esparsas e representadas pelos usuários de serviços de saúde mental, a advogada do escritor Carrano e a cineasta que dirigiu o filme. Embora os usuários sejam os mais afetados com a mudança no modelo de assistência, esses indivíduos dificilmente são instados sobre o que pensam, como vivem e o que querem para si.

Os ideais preconizados pelo movimento da reforma psiquiátrica podem ser observados em alguns textos jornalísticos ainda que os usuários não protagonizem os relatos. No primeiro ano observado, 2001, não há ocorrências sobre o tema, embora no mês anterior ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial tenha sido aprovada a lei da reforma psiquiátrica. Em 2002, a matéria intitulada “‘Companhia’ é saída par manicômios” (Biancarelli, 18 mai 2002. Cotidiano: 5) relata a iniciativa de uma organização do terceiro setor que disponibiliza voluntários para acompanhar internos de manicômios. Somente o representante da ONG, um psicanalista, é utilizado como fonte. Os beneficiados com a prática não aparecem no texto.

O ano de 2003 teve maior número de matérias publicadas sobre o assunto, totalizando cinco ocorrências dispostas em três páginas do periódico. O primeiro texto, intitulado “Devagar, paciente deixa manicômios” (Biancarelli, 18 mai 2003. Cotidiano: 1) revela o quadro da reforma psiquiátrica no Brasil com a redução do número de leitos psiquiátricos e os gastos com internações. A fonte, no entanto, não é expressamente citada, mas provavelmente os dados foram repassados pelo movimento da reforma psiquiátrica, já que o texto afirma que estes “são lembrados” na Semana da Luta Antimanicomial.

O ministério da saúde é citado como fonte, através do psiquiatra Pedro Delgado, que reconhece a falta de recursos e de infra-estrutura na rede descentralizada. A outra fonte é o coordenador da Associação Franco Basaglia, o psiquiatra Jonas Melman, que também reconhece a insuficiência dos serviços, mas diz que a realidade está mudando. Embora representantes de instituições distintas, os psiquiatras são partidários da reforma psiquiátrica. É necessário

---

salientar que, o ano em que foi publicada a matéria era a fase inicial da transição para o novo modelo de atendimento implantado com a aprovação da lei antimanicomial em 2001.

Os textos intitulados “Inspirador de ‘Bicho de sete cabeças’ perde ação” (Leite, 18 mai 2003. Cotidiano: 4) e “Movimento defende ‘liberdade de expressão’” (FSP, 18 mai 2003. Cotidiano: 4) dedicam espaço à polêmica sobre a condenação do escritor Austregésilo Carrano, que inspirou o filme “Bicho de sete cabeças”. A sentença obrigou o escritor a pagar 60 mil reais em honorários advocatícios por ter perdido a ação na justiça. O escritor pedia indenização a dois hospitais psiquiátricos em que esteve internado aos 17 anos por ter fumado maconha. O ex-paciente se tornou símbolo da luta antimanicomial e protagonizou uma batalha jurídica marcada por decisões polêmicas.

O assunto foi utilizado pelo movimento da luta antimanicomial para atrair a atenção do público e se transformou em notícia. Os dois textos possuem nove fontes, sendo cinco delas institucionais, 3 não institucionais, e uma documental. Embora dois psiquiatras apareçam como fontes, o escritor Carrano é entrevistado, além do advogado e colunista da Folha, Walter Ceneviva, o presidente da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, José Luis Oliveira Lima, que comentam a decisão arbitrária de proibir a obra do escritor.

Parte do campo médico é contrária aos rumos da reforma psiquiátrica que defende o fechamento de hospitais e clínicas particulares que internam somente pacientes psiquiátricos. Os proprietários desses estabelecimentos, muitos deles médicos, tecem críticas ao modelo proposto. O texto intitulado “Brasil tem poucos leitos psiquiátricos, diz médico” (FSP, 18 mai 2008. Cotidiano: 17), mostra que psiquiatras e a associação da categoria discordam da política de saúde mental vigente.

A ocorrência ilustra a divisão entre os campos sociais em busca da afirmação de seus pontos de vista e interesses. A primeira fonte é um psiquiatra do Conjunto Hospitalar Sorocaba que critica o reduzido número de leitos psiquiátricos no Brasil. Em seguida, o Ministério da Saúde, cuja fonte é também psiquiatra, afirma que o índice está sendo revisto. A terceira fonte é o movimento de luta antimanicomial que defende a medida de redução dos leitos e, por fim, a Associação Brasileira de Psiquiatria critica a rede descentralizada de atendimento.

Em 2004 o jornal *FSP* relata a resistência dos hospitais privados com os rumos da reforma psiquiátrica. Em matéria intitulada “Discussão emperra medida antimanicomial” (Leite, 18 mai 2004. Cotidiano: 6), o representante das instituições questiona a forma rápida como o governo federal reduz o número de leitos psiquiátricos. De outro lado, mais uma vez o ministério da saúde é o campo político que explica os rumos das medidas.

O texto intitulado “Manicômio-símbolo não adere a programa” (Leite, 19 mai 2005. Cotidiano: 5), refere-se ao maior manicômio do Brasil, o Juquery, no interior de São Paulo. O Dia Nacional da Luta Antimanicomial é comemorado em 18 de maio, data de fundação da entidade que se tornou símbolo do tratamento desumano aos pacientes. A matéria afirma que a instituição não

---

aderiu ao programa “De volta para casa” do governo federal que prevê benefícios a pacientes desinternados.

A matéria possui três fontes que são psiquiatras em diferentes esferas do campo político; a diretora da unidade, o assistente técnico da prefeitura e o ministério da saúde. As fontes explicam os motivos das dificuldades do hospital para aderir ao programa.

O texto “Pacientes levam o seu ‘orgulho louco’ à Paulista amanhã” (Leite, 12 mai 2006. Cotidiano: 8) retrata a passeata que ocorre em São Paulo em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. As duas fontes que aparecem expressamente no texto são usuários do Centro de Atenção Psicossocial (Caps), um dos pilares da reforma psiquiátrica. A primeira fonte é denominada pelo nome, Carlos Henrique Garcia, e complementada com outras referências como idade e profissão. Mas é a doença, a bipolaridade, vai alçá-lo à condição de fonte, além de ser usuário do Caps. A expressão bem articulada permite que a repórter lhe conceda espaço através do discurso direto. “Vamos manifestar as dificuldades, mas também a capacidade. Queremos mostrar que nossa mente é criativa e lírica”, afirma Carlos Henrique Garcia, 37, que trabalha com informática, é portador de transtorno bipolar e paciente do Caps Itapeva”.

Nesta matéria, os usuários protagonizam a narrativa, pois são eles que integram a passeata relativa ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Um dos slogans do evento diz “liberte o louco que existe em você”. A frase citada no texto remete à base da reforma psiquiátrica e à noção de complexidade à qual o conceito de “*homo sapiens-demens*” de Morin (2007) pode ser tomado como referência.

O texto intitulado “Loucos e sãos se integram após queda de muro em clínica de Paracambi (RJ)” (Mainheimer, 19 mai 2007. Cotidiano 2: 33), trata da demolição do muro que separava os pacientes da sociedade. O ato simbolizou a luta antimanicomial, mas as fontes da matéria são os organizadores da ação e a secretária municipal de saúde, que é psiquiatra.

Na fala da secretária, estão presentes as transformações operadas pela reforma psiquiátrica. “O manicômio massifica, trata todos da mesma forma, os pacientes perdem a referência. Hoje, cada um tem um projeto terapêutico próprio, o desejo de cada um é estimulado” (Mainheimer, 19 mai 2007. Cotidiano 2: 33). Nota-se que mesmo sendo representante do campo médico, a secretária partilha do movimento e ocupa um cargo político que gere a área da saúde do município que põe em prática a reforma psiquiátrica.

A matéria intitulada “Hospital de Sorocaba transfere paciente para ‘casa terapêutica’” (FSP, 18 mai, 2008. Cotidiano: 16) cita três fontes. Uma delas é a coordenadora da instituição, Fabiana Caricati, e as outras duas são usuários de serviços de saúde mental, Marcos, nome fictício, e Cidinha. Os nomes impossibilitam o reconhecimento das fontes para evitar o estigma. Ao longo da narrativa, o texto mostra o motivo. “Ele gosta de cheirar pneu. Se sair, se joga debaixo de carros e se machuca. Montamos uma sala só para ele brincar com pneus”, diz Fabiana Caricati, coordenadora do hospital”. Em outro trecho, o comportamento que denota estranheza para o repórter. “Cidinha, 40, passou 12

anos no hospital, onde se arrastava, rosnava e tentava morder as pessoas. Há três anos foi levada a uma residência terapêutica. ‘Gosto mais daqui’”.

A matéria retrata alguns pressupostos da reforma psiquiátrica, mas ainda de forma limitada. Apenas uma usuária tem a fala citada e Marcos, o outro usuário, é apenas observado e “falado” através da lógica do outro. Ambos os personagens se tornaram fontes porque seus comportamentos considerados estranhos demarcam a insanidade. A notabilidade é um critério noticioso, portanto, quanto mais tangível for o exemplo, mais ele ilustrará o fato.

Embora o texto não tenha citado, Fabiana Caricati, que figura como a coordenadora do hospital, ao contrário do que ocorre em outras matérias em que há o predomínio do campo médico, a entrevistada é terapeuta ocupacional. As práticas adotadas pela instituição para desinstitucionalizar pacientes e tolerar a diferença são preconizadas pela reforma psiquiátrica. Ao invés de repreender o interno que cheira pneu, o hospital acolhe o comportamento, transformando-o numa atividade lúdica. A chamada loucura deixa de ser tolhida para ser uma possibilidade de existência do sujeito.

Assim, a aptidão ao gênio e à criação, como ao delírio e à destruição, saem da dialógica circular racionalidade-imaginário-real-demência-neurose-criatividade. Escapam às normas, cada um do seu jeito, o criminoso, o louco, o santo, o profeta, o gênio, o inovador (Morin, 2007b: 126).

O movimento da reforma psiquiátrica é citado como fonte na matéria intitulada “Redução de leitos psiquiátricos é lenta” (*FSP*, 18 mai 2008. Cotidiano: 16). O foco jornalístico reside em um balanço da reforma divulgado pela fonte que revela a lentidão no processo de redução dos leitos. A lei antimanicomial é citada como fonte documental para reiterar a necessidade de desativar os leitos. Contrapondo-se às críticas, o Ministério da Saúde afirma dar seguimento ao processo e defende a reforma psiquiátrica.

Finalmente, o artigo (Mari, Jair; Thornicroft, Graham. A luta antimanicomial e a psiquiatria. *FSP*. 2008: 3) é assinado por dois professores de psiquiatria, sendo o primeiro da Universidade de São Paulo e o outro do Instituto de Psiquiatria do King’s College em Londres. O texto utiliza três fontes documentais para comentar sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial e os princípios que norteiam as políticas de saúde mental. Para tanto, cita a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o conteúdo do próprio editorial que estará publicado numa revista especializada e o relatório da Associação Mundial de Psiquiatria que também será publicado. O texto esboça como deve ser a assistência à saúde mental e destaca que os serviços devem equilibrar atendimento hospitalar e comunitário com a necessidade dos leitos psiquiátricos.

O texto enfatiza que os serviços de assistência não atendem às necessidades dos pacientes. Trata-se de uma crítica ao modelo proposto que, quase dez anos após a aprovação da lei antimanicomial, ainda está em curso e provoca resistências do campo médico. Os autores, representantes da área, assinam em nome de instituições de destaque. O campo da psiquiatria que se estende ao ensino reage às mudanças no sistema de assistência que deixa de ser

hospitalocêntrico para abarcar outros saberes e profissionais. A desconstrução do saber psiquiátrico implica questionar as teorias científicas.

A negação de um sistema é a resultante de uma desestruturação, de um questionamento do campo de ação em que agimos. É o caso da crise do sistema psiquiátrico enquanto sistema científico e enquanto sistema institucional: desde que nos conscientizamos do significado desse campo específico, particular, em que atuamos, ele vem sendo desestruturado e questionado. Isso significa que em contato com a realidade institucional, e em nítida contradição com as teorias técnico-científicas, evidenciaram-se elementos que remetem a mecanismos estranhos à doença e sua cura. Diante de uma tal constatação era impossível evitar a crise das teorias científicas sobre o conceito de doença, assim como das instituições sobre as quais elas fundam suas ações terapêuticas (Basaglia, 2001: 103).

Desde a aprovação da lei antimanicomial, o assunto foi abordado em oito, dos nove anos estudados em matérias alusivas ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Somente em 2001, ano da aprovação da lei, não há texto que trate do assunto. A partir do corpus analisado, depreende-se que o movimento da luta antimanicomial promove os eventos que são midiaticizados e provocam discussão sobre a questão.

### Considerações finais

A análise do *corpus* mostra que o Dia Nacional da Luta Antimanicomial foi retratado no jornal Folha de S. Paulo a partir de iniciativas do movimento da reforma psiquiátrica que buscou criar fatos para dar visibilidade à questão. Nos anos de 2001, quando foi aprovada a lei antimanicomial, e em 2009, não houve matérias alusivas à data.

O estudo confirma a teoria das fontes que explica os motivos das instituições serem procuradas por jornalistas para fornecer versões. As falas institucionais dão o tom da abordagem sobre a política adotada no setor. São elas que possuem legitimidade e representatividade social, além de se adaptar aos constrangimentos impostos pelas rotinas de produção jornalística.

Verificou-se que a área médica está presente nas três esferas de governo e figura como representante do campo político que é responsável pela diretriz da assistência à saúde mental. Assim, os psiquiatras não estão apenas confinados em manicômios, mas ocupam cargos que possibilitam legitimar as práticas e assim, tornam-se fontes rotineiras. A influência do campo se espalha também nas instituições de ensino e nas associações que dão sustentabilidade à medicina e reafirmam a necessidade social do profissional.

O poder normatizador está presente não apenas no campo médico, mas nas “funções psi”, como denomina Foucault (2006), ou seja, o poder da psiquiatria, psicologia e psicanálise que possuem legitimidade para lidar com indivíduos que não se encaixam nos “modelos psicológicos” pré-determinados. Esses profissionais também se tornam fontes que enunciam sobre a reforma psiquiátrica e, junto com o campo médico, perfazem quase metade do número de fontes consultadas nos textos, isto é, 48,78%.

Ao analisar como as fontes não institucionais são apropriadas pelo jornalista e aparecem nas páginas do jornal, nota-se a discrepância entre o discurso institucional e o discurso ou o silêncio do não institucional. Apenas seis usuários ou pacientes são utilizados como fontes. Dois deles apresentam comportamentos que demarcam a anormalidade. A matéria sobre a passeata na avenida Paulista procura dar mais espaço às fontes não institucionais já que o evento é voltado para usuários. O único ex-paciente que protagoniza a narrativa jornalística é o escritor Austregésilo Carrano que, a partir do filme “Bicho de 7 Cabeças”, tornou-se famoso e um símbolo da luta antimanicomial. Ainda assim, figura como vítima do sistema manicomial e do poder judiciário que o condenou a pagar indenização para as instituições em que esteve internado.

As fontes documentais decorrem de instituições, portanto, estão vinculadas a campos de poder que disputam hegemonia de sentidos como o despacho do juiz que condenou o escritor, a lei antimanicomial, o jornal Tarja Preta produzido por usuários de Caps, a Convenção das Nações Unidas, o conteúdo do editorial e o relatório da Associação Mundial de Psiquiatria. Verifica-se de um lado os campos jurídico e médico procurando instituir normas, comportamentos e manter o poder; e de outro, os usuários procurando inserção social e reafirmar a subjetividade através de uma publicação. Destaca-se que tais usuários acabam vinculados ao Centro de Atenção Psicossocial, uma instituição.

Um olhar mais atento verifica que o periódico reproduz estigmas sociais em relação ao paciente psiquiátrico, ao selecionar o comportamento considerado mais estranho que demarca a anormalidade, fazendo deste um mero figurante dos relatos e privilegiando fontes que possuem poder e disputam espaço, através da imposição do discurso.

Na maioria dos textos porém, o jornalista tende a buscar fontes institucionais ou setores organizados da sociedade para figurar como fontes. No caso desta pesquisa, os usuários de serviços de saúde mental são “falados” a partir de outras fontes que os caracterizam e estão relacionados a instâncias de poder que decidem e se expressam por eles.

Assim, seja o louco ou pessoa em sofrimento psíquico, expressão empregada atualmente, este sujeito social foi concebido e “falado” através da lógica do outro. Quando houve o “sequestro” da loucura para dentro dos manicômios, a autoridade médica se legitimou como competente para tratá-la. Na atualidade, o discurso sobre a insanidade ainda provém dos sujeitos considerados sãos e, principalmente, da autoridade médica.

Como se observa nas ocorrências analisadas, a mídia viabiliza tais discursos hegemônicos, colocando-os em circulação na sociedade, visando formar consensos. Observa-se que os campos sociais disputam a hegemonia do discurso e vários fatores influenciam para que algumas instituições se tornem fontes.

O relato jornalístico, entre as inúmeras possibilidades de dizer, aponta no louco a diferença, mas reafirma tal singularidade como possibilidade de existência que a sociedade deve acolher. Assim a matéria que dá nome ao título desta pesquisa demarca a loucura a partir de uma construção histórica. “Caiu

ontem o muro de Paracambi. Não separava o leste comunista do oeste capitalista, mas os ditos loucos dos são” (Mainheimer, 19 mai 2007. Cotidiano 2: 33). A expressão “ditos loucos” coloca em suspeição o conceito de loucura, demarcando-o como algo constituído pela linguagem.

A partir do *corpus* analisado, depreende-se que após a aprovação da lei que instituiu a reforma psiquiátrica, o movimento antimanicomial, que não aparece referido através de uma pessoa, realiza ações que se tornam notícia e promovem o embate entre os campos sociais para impor seus próprios discursos e a hegemonia dos sentidos. O “poder psi” se espraia por todas as esferas de governo e até em instituições de ensino que expressam seus interesses, no entanto, observa-se que o campo científico está cindido em organizações que apoiam a reforma psiquiátrica e outras que criticam a nova forma de assistência.

O paciente psiquiátrico também muda de estatuto e, uma vez desinternado, passa a figurar como usuário na rede de assistência descentralizada. O jornal ainda lhe concede pouco espaço, mas este é representado através do movimento antimanicomial que congrega várias instituições credíveis para se tornar fontes. Dessa forma, observa-se que as quatro dimensões propostas por Amarante (2009) sobre a reforma psiquiátrica estão presentes nos textos analisados.

### Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.
- AMARAL, Márcia Franz. *Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho*. Porto Alegre: 2004. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- AMARANTE, Paulo. *Reforma psiquiátrica e epistemologia*. Cad. Bras. Saúde Mental, Vol 1, n.1, jan-abr. 2009. 1CD-ROM.
- BASAGLIA, Franco. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *História da loucura*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3.ed. Porto Alegre, Sulina, 2007a.

---

\_\_\_\_\_. *O método 5: a humanidade da humanidade*. 4.ed. Porto Alegre, Sulina, 2007b.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

### **Textos citados**

BIANCARELLI, Aureliano. “Companhia” é saída para manicômios. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2002. Cotidiano, p. 5.

\_\_\_\_\_. Devagar, paciente deixa manicômios. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2003. Cotidiano, p. 1.

BRASIL tem poucos leitos psiquiátricos, diz médico. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2008. Cotidiano, p. 17.

CENTRO de atendimento diário é base da reforma psiquiátrica. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2008. Cotidiano, p. 17.

HOSPITAL de Sorocaba transfere paciente para ‘casa terapêutica’. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 19 mai 2008. Cotidiano, p. 16.

LEITE, Fabiane. Inspirador de ‘Bicho de 7 Cabeças’ perde ação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2003. Cotidiano, p. 4.

\_\_\_\_\_. Discussão emperrra medida antimanicomial. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2004. Cotidiano, p. 6.

\_\_\_\_\_. Manicômio-símbolo nao adere a programa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 19 mai 2005. Cotidiano, p. 5.

\_\_\_\_\_. Pacientes levam o seu ‘orgulho louco’ à Paulista amanhã. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 12 mai 2006. Cotidiano, p. 8.

MAINNHEIMER, Vivian. Loucos e sãos se integram após queda de muro em clínica de Paracambi (RJ). **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 19 mai 2003. Cotidiano 2, p. 33.

MARI, Jair; THORNICROFT, Graham. A luta antimanicomial e a psiquiatria. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 mai 2010. Primeiro Caderno, Tendências & Debates, p. 3.

MOVIMENTO defente “liberdade de expressão”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2003. Cotidiano, p. 4.

REDUÇÃO de leitos psiquiátricos é lenta. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2008. Cotidiano, p. 16.

SP já tem mil pacientes ‘desinternados’. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2003. Cotidiano, p. 4.

‘TEMOS de preservar a nossa honra’, afirma entidade. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 18 mai 2003. Cotidiano, p. 4.